

RELATÓRIO DE DIRETORIA

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Sul América Serviços de Saúde S.A., relativas ao exercício findo em 31.12.2010, comparadas com as respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. O ano de 2010 foi marcado pela recuperação da economia brasileira, com o Produto Interno Bruto (PIB) apresentando crescimento de 7,5%, após queda de 0,6% registrada em 2009. A expansão do consumo das famílias e dos investimentos levou a este desempenho, tendo, porém resultado também em necessidade de atenção ao ritmo de absorção doméstica e a capacidade de expansão da oferta. A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou 2010 com alta de 5,9%, refletindo principalmente a elevação dos preços dos alimentos, refletindo tendência internacional dos preços das principais commodities. No mercado de câmbio, o dólar encerrou 2010 cotado a R\$1,6662 para venda, com queda de 4,3% em relação ao fechamento de 2009. Para 2011, estimativas divulgadas pelo Banco Central para o PIB apontam para um crescimento de cerca de 4,5%. A Sul América Serviços de Saúde S.A. opera com planos privados de assistência à saúde na segmentação médica hospitalar e/ou odontológica e a administração de serviços médicos, assim como, planejamento, assessoria e coordenação de planos de saúde, assessoria e regulação na liquidação de sinistros no ramo de planos de assistência médica e/ou hospitalar. De acordo com informações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), no acumulado do ano até setembro, a receita de contraprestações das operadoras de planos privados de saúde totalizou R\$53,8 bilhões, apresentando um crescimento de 9,3% em relação a 2009. O número total

de beneficiários atingiu 44,8 milhões. No exercício findo em 31.12.2010, as contraprestações efetivas da Sul América Serviços de Saúde S.A., totalizaram R\$ 556,3 milhões. Os eventos indenizáveis líquidos somaram R\$ 524,6 milhões. O patrimônio líquido da companhia atingiu R\$ 73,9 milhões. A Companhia apresentou no ano um lucro líquido de R\$ 14,2 milhões.

	2010	2009
Participantes das participações dos funcionários	15.697	8.566
Lucro após as participações estatutárias	(1.534)	(1.185)
Constituição da reserva legal	14.163	7.381
Lucro líquido ajustado (Artigo 202 – Lei nº 6.404/76, 10.303/01 e 11.638/07)	13.455	7.012
Dividendos obrigatórios	3.363	1.753
Dividendos propostos	3.363	1.753
Dividendos Adicionais propostos	1.000	-
Destinação:		
- Constituição da reserva para expansão de negócios	9.092	5.259
A distribuição do resultado demonstrada no quadro acima foi refletida nas demonstrações financeiras, no pressuposto da sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas. A Sul América Serviços de Saúde S.A.,		

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2010	2009	PASSIVO	Notas	2010	2009
CIRCULANTE		102.287	114.208	CIRCULANTE		47.646	66.948
Disponível	-	3.110	2.987	Provisões Técnicas de Operações de Assistência a Saúde	-	31.343	27.669
Realizável	-	99.177	111.221	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar	9	31.343	27.669
Aplicações	6	45.850	48.303	Débitos de Operações de Assistência a Saúde	-	17	16
Créditos de Operações com Planos de Assistência a Saúde	7	49.080	60.311	Comercialização sobre Operações	-	17	16
Contraprestações Pecuniárias	-	45.622	56.569	Tributos e Contribuições a Recolher	-	(324)	1.511
Taxa de Administração de Planos a Receber	-	3.458	3.742	Provisões	-	-	203
Títulos e Créditos a Receber	8	4.198	2.563	Débitos Diversos	10	14.994	37.549
Outros Valores e Bens	-	49	44	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.602	1.245
NÃO CIRCULANTE		20.897	17.121	Tributos e Contribuições a Recolher	12	1.388	1.102
Realizável a longo prazo	-	20.459	16.514	Provisões	12	129	6
Aplicações	-	14	14	Débitos Diversos	10	85	137
Títulos e Créditos a Receber	8	19.159	15.504	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		73.936	63.136
Valores e Bens	12	1.286	996	Capital Social	-	36.505	36.505
Imobilizado	-	171	209	Reservas	-	37.431	26.631
Bens móveis - Não Hospitalares/Não Odontológicos	-	57	75	Reservas de Lucros	-	37.431	26.631
Outras Imobilizações - Não Hospitalares/Não Odontológicos	-	114	134	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		123.184	131.329
Intangível	-	267	398				
TOTAL DO ATIVO		123.184	131.329				

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Capital Social	Reserva de Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Dividendos Adicionais	Reserva para Expansão de Negócios	Total das Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31.12.2008	36.505	315	1.357	-	19.331	21.003	7.381	57.508
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	14.163	7.381
Proposta para destinação do Lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	369	-	-	369	(369)	-
Reserva para Expansão de Negócios	-	-	-	-	5.259	5.259	(5.259)	-
Dividendos Propostos - R\$0,70 por lote de mil ações ON	-	-	-	-	-	-	(1.753)	(1.753)
SALDOS EM 31.12.2009	36.505	315	1.726	-	24.590	26.631	-	63.136
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	14.163	14.163
Proposta para destinação do Lucro:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	708	-	-	708	(708)	-
Reserva para Expansão de Negócios	-	-	-	-	9.092	9.092	(9.092)	-
Dividendos Propostos - R\$1,75 por lote de mil ações ON	-	-	-	-	-	-	(3.363)	(3.363)
Dividendos Adicionais Propostos - R\$1,75 por lote de mil ações ON	-	-	-	1.000	-	1.000	(1.000)	-
SALDOS EM 31.12.2010	36.505	315	2.434	1.000	33.682	37.431	-	73.936

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL: A Sul América Serviços de Saúde S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, autorizada pela ANS a funcionar com planos privados de assistência à saúde na segmentação médica hospitalar e/ou odontológica e a administração de serviços médicos, assim como, planejamento, assessoria e coordenação de planos de saúde, assessoria e regulação na liquidação de sinistros no ramo de planos de assistência médica e/ou hospitalar. Em 09.11.2007, a Companhia foi credenciada como operadora de planos privados de assistência à saúde, junto a ANS, na modalidade de administradora de serviços com fins lucrativos, em conformidade com a Lei nº 9.656, de 03.06.1998 e com a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 5, de 18.02.2000.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na legislação societária, e nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros e o CPC 41 que trata de resultado por ação, ainda não foram aprovados pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras, dessa forma, não podemos considerá-las como tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (vide nota 4). As presentes demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31.12.2010 e 2009 incorporam as alterações introduzidas pela Instrução Normativa ANS DIOPE nº 36 de 22.12.2009, que instituiu o novo plano de contas e o modelo de publicação das demonstrações financeiras das operadoras de planos de saúde a partir de 01.01.2010. Essas demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, a demonstração de resultados, das mutações no patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e de valor adicionado para os exercícios findos em 31.12.2010 e 2009. (2.1) BASE DE MENSURAÇÃO. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (vide nota 6); • Os ativos financeiros disponíveis para venda (vide nota 6); • O passivo atuarial de benefícios de renda vitalícia e de indenização para executivos é apurado pelo Método da Unidade de Crédito Projetada (vide nota 3.4.3). (2.2) BASE DE CONVERSÃO DE MOEDA—MOEDA FUNCIONAL. Nas demonstrações financeiras os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. (2.3) CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. A Diretoria autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 18.03.2011. (3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. (3.1) RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS. (3.1.1) APURAÇÃO DO RESULTADO. O resultado é apurado pelo regime contábil de competência, e considera: • As contraprestações líquidas, que correspondem aos valores repassados à Companhia, para pagamento dos custos dos planos de saúde administrados, são contabilizadas com base nas faturas emitidas, na modalidade de pós-garantia e apresentadas como receita, na demonstração do resultado; • Os eventos indenizáveis, que correspondem aos custos dos planos de saúde administrados são constituídos pelo valor das faturas apresentadas pelos prestadores de serviços, sendo apresentadas, na demonstração do resultado, como despesas. • A receita com taxa de administração de planos de assistência à saúde são reconhecidas na medida em que os serviços são prestados e contabilizadas com base nas faturas. (3.1.2) BALANÇO PATRIMONIAL. • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses, são classificados, no ativo realizável a longo prazo e no passivo não circulante, respectivamente. • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato. (3.2) ATIVOS FINANCEIROS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES. Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: • Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são contabilizados com base de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, ajustados ao valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. • Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda: Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empregatários e recebíveis", são contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado, e ajustados aos respectivos valores de mercado. As valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas, em conta específica, no patrimônio líquido, líquidas dos seus correspondentes efeitos tributários, e quando realizadas, são apropriadas no resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. (3.3) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS. As alíquotas utilizadas nas demonstrações financeiras de 31.12.2010 e de 2009, para a constituição dos créditos tributários de imposto de renda (25%) e de contribuição social (9%) diferidos, estão em conformidade com a legislação vigente. (3.4) PASSIVOS FINANCEIROS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES. (3.4.1) IMPÓSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO. As alíquotas utilizadas nas demonstrações financeiras de 31.12.2010 e de 2009, para a constituição das provisões de imposto de renda (25%) e de contribuição social (9%) correntes, estão em conformidade com a legislação vigente. A provisão para imposto de renda e a provisão para contribuição social diferidas são reconhecidas, em sua totalidade, pelas alíquotas vigentes sobre as diferenças temporárias. (3.4.2) PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS. • As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela Taxa Referencial (TR) ou pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável resultado dos processos judiciais. A Companhia adota o procedimento de provisionar a totalidade das contingências tributárias, cuja probabilidade de perda foi considerada provável. Para as demais causas tributárias, a provisão contabilizada é definida a partir de análise individualizada da possibilidade de futuro desembolso de cada processo judicial. Os valores referentes aos questionamentos relativos à legalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, estão contabilizadas na rubrica Tributos e Contribuições a Recolher, no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica Valores e Bens, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela TR ou pela SELIC, conforme legislação vigente. (3.4.3) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E PÓS EMPREGO. Os benefícios mantidos compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), o Benefício de Renda Vitalícia e o Programa de Indenização para Executivos. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os benefícios de renda vitalícia e com o programa de indenização de executivos são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos efetuados por atuários internos, de acordo com o Método da Unidade de Crédi-

to Projetada e outras premissas atuárias. Os ganhos e/ou perdas atuárias do Benefício de Renda Vitalícia e do Programa de Indenização para Executivos estão sendo amortizados pelo tempo médio remanescente de trabalho estimado para os empregados participantes do Plano e o valor do reconhecimento dos ganhos ou das perdas atuárias corresponderá à parcela de ganho ou perda que exceder o maior entre 10% do valor presente da obrigação atuarial e 10% do valor justo dos ativos do plano. (3.4.4) DIVIDENDOS. Os dividendos são registrados no passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas. O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustados em consonância com a legislação em vigor. Na data do encerramento das demonstrações financeiras a provisão é limitada ao dividendo obrigatório mencionado anteriormente. (3.5) DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e são parte integrante das demonstrações financeiras. (3.6) USO DE ESTIMATIVAS. A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas para a registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. (4) ADOÇÃO PARCIAL DOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Ao longo do ano de 2009, foram aprovados pela ANS diversos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, com vigência para o ano de 2010. Da adoção desses pronunciamentos, não foi necessário implementar modificações em relação as práticas contábeis adotadas até então pela Companhia. Todavia, em obediência às normas contábeis e ao modelo de publicação das demonstrações financeiras estabelecidas pela ANS, valores a pagar à rede referenciada e o reembolso desses valores, a receber de clientes, são apresentados como "despesas de eventos indenizáveis" e "receitas de contraprestação emitidas", respectivamente, na Demonstração do Resultado. Como consequência as seguintes contas de resultado encontram-se superavaliadas:

	2010	2009
Reconhecimento das contraprestações emitidas (receitas)	526.770	272.770
Reconhecimento dos eventos indenizáveis (despesas)	(524.580)	(252.580)
Outras receitas (despesas) operacionais	(5.266)	(5.266)
Efeito contábil no resultado	3.076	3.076

Também não foram identificadas circunstâncias que possibilitassem a adoção das isenções permitidas pelo CPC 37 e nenhuma das exceções obrigatórias foram aplicáveis a Companhia. (5) INSTRUMENTOS FINANCEIROS: (5.1) GERENCIAMENTO DE RISCOS. Os principais riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os riscos de taxa de juros, de crédito, de liquidez e de taxa de câmbio. A Companhia faz parte de um grupo de empresas que administra seus riscos com uma visão corporativa, a partir de decisões de um comitê que representa as empresas do grupo. A Administração desses riscos contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas pela sua Administração. Essas políticas e estratégias, além de serem reavaliadas frequentemente pelos Comitês Internos, contemplam também a adequação das aplicações financeiras aos passivos. A Companhia possui controles internos que se destinam a garantir que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela Administração da Companhia. • Risco de taxa de juros. O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de investimentos. O comitê define os mandatos de investimentos para cada uma das empresas do grupo, personalizado para cada necessidade específica. Nesses mandatos, são considerados aspectos tais como: perfil de negócio e aspectos de liquidez. Adicionalmente, são estabelecidos de forma consolidada limites máximos de VaR (Value at Risk), e é realizada a análise de cenários alternativos conhecidos como "stress testing". Os instrumentos financeiros derivativos podem ser utilizados como forma de reduzir os impactos oriundos da alteração nas taxas de juros. • Risco de crédito. O risco de crédito advém da possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes dos créditos detidos junto as instituições financeiras decorrentes das aplicações financeiras. A exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras segue limites que são estabelecidos através de um Comitê de Crédito, como por exemplo, a Companhia não aplica em títulos públicos municipais ou estaduais, porém pode aplicar todo o seu portfólio em títulos públicos federais. Quanto a títulos de emissão privada, é adotada uma metodologia baseada na análise de "ratings" quantitativos e qualitativos. Como decorrência dessa análise, é elaborada um "Score" ("rating" interno). Com base no "Score" obtido é estabelecido um limite de crédito e de prazos máximos de risco para compra de papéis emitidos por instituições financeiras e para títulos de emissão de empresa não financeira. Outros limites são impostos para outros tipos de aplicações financeiras, previstos pelo comitê. Os limites de exposição a risco são monitorados e avaliados de forma consolidada, regularmente pela área de Análise Quantitativa e de Risco. • Risco de liquidez. A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia elabora análises de fluxo de caixa projetado diariamente e revisa, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. Adicionalmente, a Companhia possui carteira de liquidez onde é estabelecida uma reserva a fim de garantir o pagamento de 85% das despesas operacionais por um período de 15 dias no caso de algum evento ocorrido, em que seus recebimentos estejam comprometidos (como por exemplo, uma greve de bancos). Desta forma, todos os investimentos alocados na carteira devem ser destinados para atender as necessidades de caixa de curto prazo, mitigando o risco de liquidez. • Risco de taxa de câmbio. Esse risco está relacionado a possibilidade de alterações na taxa de câmbio, afetando os instrumentos financeiros que tenham como indexador uma moeda estrangeira, quando aplicável. • Carteira de capital. A carteira de capital tem como objetivo alocar os investimentos financeiros remanescentes não alocados nas carteiras de liquidez. Idealmente, a carteira de capital deve ser utilizada para investir os recursos livres, buscando maximizar a rentabilidade dos ativos para um determinado nível de risco selecionado. (5.2) CRITÉRIOS ADOTADOS NA DETERMINAÇÃO DOS VALORES DE MERCADO. O critério adotado para estimar o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, principal instrumento financeiro foi: • Títulos de renda fixa – públicos: calculados com base nas tabelas de preços unitários de mercado secundário da ANDIMA; • Fundos de Investimento exclusivos e não exclusivos: calculados de acordo com os critérios de margem de lucro, estabelecidos pelo Administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos; • Títulos de renda variável e ações de Companhia de capital aberto cotadas em Bolsa de Valores ou Mercado de Balcão: Calculados com base na cotação de fechamento do último dia útil em que foram negociados no mês. (6) APLICAÇÕES: A classificação e o vencimento dos títulos e valores mobiliários em 31.12.2010 e de 2009, feita de acordo com os critérios de contabilização e avaliação descritos na Nota (3.2), é a seguinte:

no que se refere à avaliação e registro contábil de títulos e valores mobiliários, conforme determina a legislação societária vigente, observa a política de análise e gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguro. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na legislação societária, nas normas do Conselho Federal de Contabilidade e nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros e o CPC 41 que trata de resultado por ação, ainda não foram aprovados pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras, dessa forma, não podemos considerá-las como tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia é parte em acordo de acionistas celebrado em 10 de maio de 2002 por seus controladores o e ING Insurance International B.V., regulando, entre outros, a política de governança corporativa da companhia, as condições para alienação de ações de emissão da companhia, o direito de preferência para a sua aquisição e o exercício do direito de voto dos acionistas. Agradecemos à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), à Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (FENASEG), aos Acionistas, corretores de seguros, fornecedores, clientes e prestadores de serviços, pela confiança e apoio que concederam à Sul América Serviços de Saúde S.A. no ano de 2010. Os nossos funcionários e demais colaboradores, os sinceros agradecimentos pela dedicação com que realizaram seu trabalho. São Paulo, 18 de março de 2011. A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	2010	2009
Contraprestações Efetivas	-	556.338	524.583
Contraprestações Líquidas	-	526.770	496.541
Receita com Administração de Planos de Assistência a Saúde	-	33.690	32.037
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência a Saúde da Operadora	-	(4.122)	(4.185)
Eventos Indenizáveis Líquidos	-	(524.580)	(495.555)
Resultados Conhecidos ou Avisados	-	(524.580)	(495.555)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE		31.758	28.838
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	-	(1.424)	(1.475)
RESULTADO BRUTO		30.334	27.363
Despesas Administrativas	14.1	(20.475)	(18.280)
Outras Receitas Operacionais	14.2	9.838	13.452
Outras Despesas Operacionais	14.3	(8.008)	(5.706)
Provisão para Perdas sobre Créditos	-	(990)	287
Outras	-	(7.018)	(5.993)
Resultado Financeiro Líquido		3.606	3.244
Receitas Financeiras	14.4	4.213	3.379
Despesas Financeiras	-	(607)	(135)
RESULTADO OPERACIONAL		15.295	20.095
Resultado Patrimonial	-	(157)	-
Despesas Patrimoniais	-	(157)	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		15.138	20.095
Imposto de Renda	15	(2.647)	(2.820)
Outras Receitas Operacionais	15	(986)	(1.220)
Impostos Diferidos	15	4.192	(7.029)
Participações no Resultado	-	(1.534)	(1.185)
RESULTADO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		14.163	7.381
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		14.163	7.381
QUANTIDADE DE AÇÕES		2.494.197.661	2.494.197.661
RESULTADO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		5,68	2,96

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Planos de Saúde	532.530	535.758
Resgate de Aplicações Financeiras	432.305	3.685
Juros de Aplicações Financeiras	3.744	2.019.640
Outros Recebimentos Operacionais	19.717	13.877
Pagamento a Fornecedores/ Prestadores de Serviço de Saúde	(515.141)	(488.454)
Pagamento de Comissões	(307)	(466)
Pagamento de Pessoal	(12.098)	(12.225)
Pagamentos de Serviços Terceiros	(10.966)	(11.704)
Pagamento de Tributos	(11.244)	(10.444)
Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(246)	(296)
Pagamento de Aluguel	(52)	(355)
Pagamento de Promoção/Publicidade	(10)	(21)
Aplicações Financeiras	(429.790)	(2.032.846)
Outros Pagamentos Operacionais	(65.505)	(61.846)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.889	5.303
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		

Sul América Serviços de Saúde S.A.

C.N.P.J. Nº 02.866.602/0001-12

As contas a receber/a pagar e as receitas/despesas referem-se, principalmente a: (a) Serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente ou no encerramento do processo; (b) Despesas/recuperação de despesas decorrentes da utilização compartilhada dos sistemas operacionais e da estrutura administrativa de apoio. O rateio é efetuado entre as Companhias do Grupo Sulamerica Seguros, e é líquido mensalmente; (c) Receita com administração de serviços médicos, assim como, planejamento, assessoria e regulação na liquidação de sinistros no ramo de planos de assistência médica e/ou hospitalar; (d) Conta corrente decorrente do efeito líquido das operações de seguro grupal de vida, dependentes de vida, dependentes pessoais, plano de saúde grupal e previdência complementar, sendo os prêmios de seguro, comissões e taxa de administração do plano de previdência, calculados com base nas mesmas premissas atuariais utilizadas para os produtos grupais comercializados pela Companhia e/ou parte relacionada no mercado. Os valores referentes a essas operações são liquidados mensalmente; (12) **DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS, OUTRAS AÇÕES JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS:** Em 31 de dezembro, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica Valores e Bens no ativo realizável a longo prazo, assim como a provisão para ações judiciais fiscais, registrada na rubrica Provisões no passivo não circulante e as obrigações fiscais, registradas na rubrica Tributos e Contribuições a Recolher, no passivo não circulante, são compostos como demonstrado a seguir:

	Depósitos judiciais e fiscais		Outras ações judiciais		Obrigações fiscais	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Fiscais						
Imposto de renda.....	1.230	898	-	-	1.137	886
COFINS.....	-	-	-	-	170	142
PIS.....	-	-	-	-	33	31
Outros.....	-	-	129	6	48	43
trabalhistas e cíveis						
Ações cíveis.....	53	98	-	-	-	-
Ações trabalhistas.....	3	-	-	-	-	-
Total.....	1.286	996	129	6	1.388	1.102

(12.1) **AÇÕES JUDICIAIS DE NATUREZA FISCAL.** A Companhia possui as seguintes quantidades de ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores estimados e provisionados:

	Quantidades	Valor em risco	Outras ações judiciais e obrigações fiscais	
			2010	2009
Fiscais				
Provável.....	3	326	326	
Possível.....	3	790	54	
Remota.....	3	1.144	1.137	
Total.....	9	2.260		

	Quantidades	Estimativas	Outras ações judiciais e obrigações fiscais	
			2010	2009
Fiscais				
Provável.....	3	1.059	1.059	
Possível.....	3	70	49	
Remota.....	2	6	-	
Total.....	8	1.135	1.108	

(12.2) **AÇÕES FISCAIS, TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE O LUCRO.** A partir de 01.01.1997, com a publicação da Lei nº 9.316/96, a despesa de contribuição social tornou-se indedutível em sua própria base de cálculo e na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia vem questionando judicialmente a legalidade desta Lei e, deduzindo a contribuição social da base de cálculo do imposto de renda, amparada por liminar com depósito judicial. Os valores questionados estão totalmente provisionados. Os

advogados que patrocinam a causa reputam como provável a perda da demanda. (13) **PATRIMÔNIO LÍQUIDO: (13.1) CAPITAL SOCIAL.** O capital social em 31.12.2010 e 2009 constituiu-se de 2.494.197.661 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas. De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor. (13.2) **RESERVA LEGAL.** É constituída a reserva de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. (13.3) **RESERVA PARA EXPANSÃO DE NEGÓCIOS.** Constituída em até 80% do capital social subscrito, não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Tem a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos. (13.4) **DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO.**

	2010	2009
Lucro antes das participações dos funcionários.....	15.697	8.566
Participações dos funcionários.....	(1.534)	(1.185)
Lucro após as participações estatutárias.....	14.163	7.381
Constituição da reserva legal.....	708	369
Lucro líquido ajustado (Artigo 202 – Lei nº 6.404/76, 10.303/01 e 11.638/07).....	13.455	7.012

Dividendos obrigatórios..... 3.363 **1.753**
 Dividendos propostos..... 3.363 1.753
 Dividendos Adicionais propostos..... 1.000 -

Destinação:
 – Constituição da reserva para expansão de negócios..... 9.092 5.259
 A distribuição do resultado demonstrada no quadro acima foi refletida nas demonstrações financeiras, no pressuposto da sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas. (14) **DETALHAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO: (14.1) DESPESAS ADMINISTRATIVAS.**

	2010	2009
Pessoal próprio (a).....	(15.320)	(12.323)
Serviços de terceiros.....	(1.066)	(1.087)
Localização e funcionamento.....	(821)	(1.371)
Despesas com tributos.....	(572)	(679)
Outras.....	(2.696)	(2.798)
Total.....	(20.475)	(18.258)

(a) Em 31 de dezembro, os benefícios aos funcionários estão representados por:
 2010 2009
 Vale alimentação, refeição e transporte..... (2.006) (1.760)
 Seguro saúde e odontológico..... (674) (483)
 Auxílio creche/ babá..... (111) (111)
 Previdência Privada..... (128) (101)
 Outros..... (46) (48)
Total..... (2.965) (2.503)

	2010	2009
(14.2) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
Prestação de serviços Brasília/ Saúde - Nota (11).....	4.712	9.415
Prestação de serviços Saúde Ativa.....	4.763	3.671
Outras.....	363	366
Total.....	9.838	13.452

	2010	2009
(14.3) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		
INSS de prestadores médicos – pessoa física.....	(3.264)	(3.523)
Despesas c/ serviços técnicos de planos de assistência à saúde ..	(492)	(743)
Constituição/Reversão da provisão para perdas sobre créditos.....	(990)	287
Honorários de auditoria/consultoria médica.....	(1.070)	(1.159)
Outros.....	(2.192)	(568)
Total.....	(8.008)	(5.706)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e aos Administradores da Sul América Serviços de Saúde S.A. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Serviços de Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras.** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva.** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2 as presentes demonstrações financeiras não foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em função da não adoção de todos os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e sim de acordo com os critérios estabelecidos pela ANS. Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 4, as normas da ANS requerem a apresentação, na Demonstração

(14.4) RECEITAS FINANCEIRAS

	2010	2009
Títulos de renda fixa.....	3.875	3.190
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais.....	84	55
Outros.....	254	134
Total.....	4.213	3.379

(15) **RECONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:** O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para o valor registrado nas demonstrações do resultado, conforme demonstrado a seguir:

Descrição:	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro Líquido antes da Provisão para Imposto de Renda, Contribuição Social e Participações.....	15.138	15.138	20.095	20.095
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas Oficiais.....	(3.785)	(1.362)	(5.024)	(1.809)
Adições:				
Provisão para Contingências e Obrigações Fiscais.....	(8)	(3)	(21)	(7)
Provisão para Riscos de Créditos.....	(199)	(72)	-	-
Provisões Indedutíveis.....	(31)	(11)	-	-
Despesas Não Dedutíveis.....	(344)	(124)	(56)	(8)
Outras - Adições.....	-	-	(51)	(85)
Exclusões:				
Encargos sobre Participações nos Lucros.....	313	113	417	150
Outras - Exclusões.....	191	35	71	26
Compensação prejuízo fiscal e base negativa no exercício.....	1.216	438	1.384	513
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente (A).....	(2.647)	(986)	(3.280)	(1.220)
Impostos Diferidos.....	-	-	-	-
Constituição (Reversão) - Crédito Tributário Prejuízo Fiscal/Base Negativa (B).....	(1.217)	(438)	(1.384)	(494)
(Constituição) / Reversão da Provisão para Riscos PF/BN.....	3.875	1.418	(3.875)	(1.418)
Constituição (Reversão) - Crédito Tributário sobre Diferenças Temporárias (C).....	652	227	92	50
(Constituição) / Reversão da Provisão para Riscos (E).....	(230)	(95)	-	-
Receita/(Despesa) com Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.....	3.080	1.112	(5.167)	(1.862)

DIRETORIA

Presidente: Thomaz Luiz Cabral de Menezes. **Diretor:** Gabriel Portella Fagundes Filho.

Laênio Pereira dos Santos, Marco Antonio Antunes da Silva, Sergio Antonio Borriello.

Mauro Reis d'Almeida - **Contador** - CRC - 1RJ-066.620/O-77"S-SP

do Resultado, dos valores recebidos de clientes e repassados à sua ordem à prestadores de serviços médicos e hospitalares como "receitas de contraprestação", "despesas de eventos indenizáveis" e "outras despesas operacionais", respectivamente. Por não se caracterizarem como receitas e despesas efetivas da Companhia, a apresentação desses valores na Demonstração do Resultado, implica em que essas rubricas estão sendo apresentadas a maior em R\$526.770 mil, R\$524.580 mil e R\$5.266 mil, respectivamente, e o lucro líquido do exercício está sendo apresentado a menor em R\$2.030 mil, líquido dos efeitos tributários. **Opinião.** Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Serviços de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Outros assuntos.** **Demonstração do valor adicionado.** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 cuja apresentação não é requerida pela legislação societária e está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado em 19 de março de 2010, com ressalva relacionada à apresentação, por valores superavaliados, em razão da adoção do plano de contas da ANS, das rubricas "receitas de contraprestação líquidas", "despesas de eventos indenizáveis" e "outras despesas operacionais", pelos valores de R\$ 496.541 mil, R\$ 495.555 mil, R\$ 3.523 mil, respectivamente, estando o lucro líquido daquele exercício apresentado a menor em R\$ 1.674 mil, após considerados os efeitos tributários. Rio de Janeiro, 18 de março de 2011



KPMG Auditores Independentes
 CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Rubens Alonso
 Contador CRC SP – 104350/O-3 S-RJ